

Quem tem medo do progressismo evangélico?



Por **ANDRÉ CASTRO, JAYDER ROGER & JOÃO MARCOS DUARTE***

O progressismo evangélico é só mais um capítulo da velha proclamação moderna da igualdade e da liberdade

Parece ironia que em 2016, o ano que marca o fim do período da gestão Petista, dois meses antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, Ronilso Pacheco diga: “Aos que exercem a manutenção da colonização, mesmo dando a elas cores tropicais ou tupiniquins, não resta mais alternativa a não ser o choro, a crítica, a indignação, o susto [...] A herança colonizadora perdeu o trem da história”.^[i]

O ensaio de Ronilso Pacheco parte de uma esperança que só pode ter brotado de uma crença nos rumos do progresso moderno, que agora pensa estar combatendo a “modernidade colonialidade”, afinal, o ensaio se chama: “Quem tem medo da descolonização?”.

O que é um mero ensaio de um livro, torna-se expressão do próprio grupo para o qual Ronilso Pacheco é uma referência de leitura da realidade. Estes, seguem se denominando “cristãos progressistas”. A ironia objetiva é que fazem essa afirmação para criar contraste com a imagem pública que os evangélicos ganharam como apoiadores de Jair Bolsonaro. Na tentativa de lutar contra o bolsonarismo, que é entendido como um obscurantismo, afirmam-se progressistas, defendem as forças da razão, da ordem, da democracia burguesa.

Nada de novo sob o sol, já que é isso o que nossos companheiros-de-Jesus têm a oferecer: cada um a seu modo, um conjunto de boas práticas que podem nos levar a uma Nação que, apesar de não se dizer cristã, siga à risca os valores da sua (a de nossos companheiros) interpretação do que é “ser cristão” ou “ser à imagem e semelhança do Criador”. Em um caso ou outro, tratam-se de imagens nas quais os próprios se veem ou se projetam, a depender do caso, para que, no ocaso de uma identidade que os pudesse fazer ser parte de uma família, não morra a esperança (agora ressignificada por outros manuais de conduta que visam, com a melhor das intenções, continuar fazer girar a máquina do mundo) de um ajuntamento que convida a humanidade “para a unidade apesar de toda a diversidade”^[ii].

Os evangélicos sempre foram um grupo social heterogêneo, mas nos últimos anos as instituições clássicas do evangelicalismo têm tomado uma posição política clara. Antropólogos que tentam abordar as igrejas como objetos de pesquisa, e falam de uma “instrumentalização da fé para fins políticos”, não conseguem perceber que o movimento não é de aparelhamento, mas de criação. O bolsonarismo não tomou as igrejas evangélicas, ele foi forjado dentro desses espaços de socialização. O bolsonarismo é fundamentalmente um projeto evangélico com perspectiva ecumênica, assim como a Teologia da Libertação era estruturalmente católica com perspectiva ecumênica.

Os olhos dos progressistas, portanto, se viram para as igrejas evangélicas, que já tinham ganhado a fama de máquinas de lavar e roubar dinheiro de pobres, com a tão falada Teologia da Prosperidade: “Por que os evangélicos votam em Jair Bolsonaro?”, “Qual é a influência do voto evangélico?” e diversas outras perguntas foram frequentes na campanha eleitoral de 2022.

Apesar de toda a sua ilustração, pois é exatamente disso que se trata, nossos irmãos esclarecidos entoam o mesmo hino que seus iguais ecumênicos (pra não dizer ateus) e tratam seus irmãos em Cristo mais “sensitivos” como um povo de menor letramento, dado que o problema é de doutrina e “fundamentalismo” – seja lá o que cada um desses termos signifique para quem os propala aos quatro cantos como sendo o veneno inoculado nas igrejas pentecostais ou históricas. Afinal, ainda se trata da constatação feita por eles mesmos, de que o que move o mundo é a religião.

O que falta para esses imaturos na fé (na visão dos esclarecidos, sempre bom frisar), e, portanto, na política, dado que apoiam um ex-presidente que até hoje faz o país passar vergonha internacionalmente por seu jeito de ser e de se comportar (pessoalmente e institucionalmente), é a correção daquilo que se enxerga como sendo o norte para a interpretação bíblica.

Chegando às mesmas conclusões novamente (antes, ao analisar um documentário sobre esses mesmos “encabrestados”) – obra feita pela ala ilustrada puro sangue da esquerda de hoje – observamos a construção da “imagem de um povo que em tese só saberia falar a sua própria língua, e que a qualquer novidade que contrarie sua canhestra visão de mundo e costumes não teria capacidade de (ou gosto pelo) diálogo racional e partiria para a violência”.

Tendo tudo isso em vista, fica a pergunta: “Não seria essa a imagem racista feita pelos brancos para os povos não-brancos que os aqui acusadores dizem combater, mas acabam por reproduzir ao identificarem o inimigo (o diferente) do mesmo modo? Enfim, uma imagem que diz mais a respeito de quem a criou do que de quem nela figura”.^[iii]

Seja como for, o que nossos caros combatentes têm a oferecer? Suas próprias *Encyclopédie* que terminam sempre com certos *compliances* em prol da boa convivência em torno de um projeto de união e reconstrução^[iv] – *advocacy*, a seu tempo, mais uma vez, os termos a serem explicados.

Peles negras, teologia branca

Emiliano Jamba e Ana Luísa Leite (2019) conferem ao pentecostalismo um rosto negro e uma teologia branca – obviamente que a sempre citada teologia da prosperidade seria um dos elementos dessa “teologia branca”: em bom português, o pentecostalismo seria uma das manifestações da miscigenação brasileira, de nossa falsa democracia racial. Essa teologia branca viria do Norte do mundo (o famigerado Ocidente) a partir do catolicismo que desce por conta dos descobrimentos e, decorrente disso, as expropriações e escravizações – legitimando-as, inclusive.

Ela normatizou conteúdos, padrões morais e de conduta; disse quem era Jesus, quem eram os cristãos, os santos e como um cristão deveria agir; legitimou a escravidão e os entrepostos comerciais nas Américas e na África; retirou do negro escravizado seus cultos, sua cultura, sua dignidade; o despiu de seu corpo, sua vitalidade e seu contato com a natureza. Por isso o pentecostalismo é de um ascetismo ímpar: herança de certa ética protestante, que nunca se desfez em espírito do capitalismo (ou que não havia se desfeito há até muito pouco tempo), uma negação do mundo.

Por isso ele seria uma religião que subjugaria aqueles que de modo inato têm o corpo como principal ferramenta de contato com Deus e o mundo – mesmo o pentecostalismo quando tem manifestações corporais, as teria de modo recalcado. A teologia negra, pelo contrário, resgataria a ancestralidade africana e a colocaria novamente no corpo dos escravizados e em seus descendentes para que eles pudessem voltar a ter uma espiritualidade cristã à sua maneira; Jesus passa a ter um corpo físico negro e a ser identificado com os precarizados, escravizados, com as minorias todas; as manifestações de espiritualidade, com o corpo de volta, poderiam agora se dar por meio de manifestações genuinamente corporais, como a dança e até certo transe. A teologia negra, portanto, como “sopro antirracista do Espírito” – para falar como o teólogo Ronilso Pacheco.

Dado esse diagnóstico, o que propõe a cristandade ilustrada: uma teologia contextual. Ocorre que essa teologia contextual

é diferente daquela proposta no século XX na América em geral, e no Brasil, em particular – mais especificamente, a Teologia da Libertação. Essa teologia negra contextual que se propõe já vem carregada de conteúdos que devem ser postos para gerar “consciência” naqueles que estão sob o jugo de seus líderes brancos para então enchê-los de potencial emancipatório.

O que se coloca, em outras palavras, é o trabalho de base – ocorre que um trabalho de base que já vêm com conteúdos próprios ou pressupostos teológicos acerca do que já está posto, não é um trabalho de base, mas um trabalho na base que visa, do alto da sabedoria, explicar o erro ou debilidade para uns e outros e demonstrar como eles (os oprimidos), apesar de sua pretensa inteligência, na verdade não sabem o que fazem e precisam ser instruídos.

Ao não perceberem isso e tentarem formular o que seria uma real teologia (cristã) negra no Brasil, esses cristãos ilustrados colocam conteúdos específicos de outras teologias contextuais, como a teologia negra (norte-americana) da libertação, desenvolvida por pastores e teólogos negros e negras nos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, cuja principal figura é a do professor James H. Cone^[vi].

Apesar da boa intenção, essa teologia, no Brasil, deixa de ser contextual e passa a ser importada – nada mais *alike* que o *American way of life*. Para que isso seja justificado – essa importação travestida de brasilidade –, o exame detido acerca da realidade brasileira e da realidade dos pentecostais no Brasil, com suas lutas, suas adesões, internas e externas, precisa ser formatado como algo aquém do que deveria ser e que precisa de reforço externo para retorno àquilo que lhe seria natural. Como resultado, haveria o redescobrimento do Deus de verdade, e não mais a adoração ao Deus-branco.

Ora, se isso não é uma outra maneira de, agora pela via teológica, chegar a uma “noção identitária de identidade”,^[vii] que troca a análise sócio-histórica da realidade por uma baseada em suposta cultura – essencial e imutável – que identificaria o que é o negro e a África para sua integração e ocupação no mundo dos brancos, no mundo capitalista: “A integração do negro se baseia, desse modo, na prioridade da preservação da cultura, da tradição, dos costumes e do desenvolvimento identitário de sua particularidade. Não é a exploração constituída pelo sistema, que arrancou os negros do continente africano, a chave da dominação e da exploração negra [...] mas, sim, o ‘roubo’ de sua identidade pelo embranquecimento social”.^[viii]

Esse pensamento tem por base um discurso etnológico que tentou fundar (e de certo modo, conseguiu) “uma alteridade africana particular e homogênea”^[ix] que, no caso da teologia, pode trafegar livremente quase que sem mediações entre o Brasil e os Estados Unidos. Paradoxalmente, esse essencialismo se apropria do caráter mais afeito à sinestesia, à intuição e à mística “descoberta” pela etnologia europeia. Por não conseguirem sair da dicotomia pentecostalismo/teologia negra, ficamos com uma “elevação fetichizada [...] da identidade e da preservação cultural”^[x] como cerne da construção teológica (e política, portanto).

Não levam em conta, nossos camaradas-de-Jesus, que esses elementos que pretendem ser resgatados já não são viáveis pelo próprio curso da história, ou seja, as condições que permitiam certo tipo de vivência – essa vivência também fetichizada e estanque, não relacional e sem valor de transmissibilidade, pois precisou de certa soberania hermenêutica para chegar a uma homogeneidade do que é ser africano ou negro desde a fundação do mundo até os nossos dias – já não são mais possíveis. Uma teologia hipostasiada, portanto.

Esquecem, ou deixam passar batido, os teólogos ilustrados, que teologia não é uma série de conteúdos, senão a experiência viva de uma comunidade com sua fé. O pentecostalismo brasileiro brota da experiência do povo brasileiro ao longo do século XX, cuja expansão se deu junto com todas as outras do ponto de vista político e econômico, atravessando e sendo atravessado por elas.

É esse o motivo pelo qual a religião escolhida pelos negros no Brasil é o pentecostalismo: não por conta de seus conteúdos

ancestrais, mas por conta da experiência do negro no Brasil, que é diferente da experiência do negro nos países colonizados por outros países europeus, bem como difere da experiência colonizadora de negros dos Estados Unidos da América^[x] e mesmo na África. Talvez sua experiência religiosa, de modo geral, só mude radicalmente quando a sociedade inteira mudar de igual forma.

Épistémè

Pensando na mesma relação de emancipação a partir do pentecostalismo, em termos políticos, temos o segundo grupo de teólogos ilustrados. Esse pensamento tem sua maior expressão na construção do cientista da religião e teólogo Felipe dos Anjos, perscrutando as relações entre a teologia da prosperidade e o mercado religioso brasileiro. Ao se defrontar com o grupo “Tropa de Louvor do BOPE”, os “Caveiras de Cristo”, decide participar de um evento em que eles foram dar testemunho do que Deus estava fazendo na pacificação carioca “por meio da vida e da fé deles”^[xi].

A partir daí, nos relata o pastor e teólogo, se repete o discurso da violência, sempre com requintes de crueldade, a realidade de certa polícia cristã militarizada, o fato de que “se a Bíblia diz que o salário do pecado é a morte (referência ao texto bíblico de Romanos 6.23), o meu fuzil só está adiantando o pagamento a estes pecadores”^[xii]. Em outras palavras, o velho “bandido bom, é bandido morto” que pode ser ouvido por qualquer fiel em qualquer igreja batista, mas agora justificado.

O teólogo e pastor em questão migra do campo da prosperidade para o da violência, ele nos mostra claramente os vasos comunicantes entre um e outro lados da mesma moeda, pois Deus “é amor, mas é justiça” – qualquer semelhança com o binômio empreendedorismo/pacificação militarizada ou *welfare/warfare*, que convivem sempre juntos, não é mera coincidência. A teologia da prosperidade é, na verdade, um espantalho que não nos permite ver a profundidade da fratura que assola o país e sua população (majoritariamente negra e cristã), colocando a culpa e responsabilidade em líderes mal-intencionados.

A grande questão que aí nos aparece é o fato de que essas teologias ilustradas ainda pensam politicamente na categoria da “gestão”, como se o Estado e a religião fossem, nas palavras de Dos Anjos “gestão social do desejo” – a imagem e a pulsão nunca desaparecem –, mas coloca isso na conta da soberania religiosa que, segundo sua formulação, em algum momento se laiciza e se transforma no Estado e em Estado de Exceção – genealogia feita pelo filósofo Giorgio Agamben e repassada pelo teólogo que agora estamos acompanhando.

Para nossas teologias ilustradas, entretanto, soberania é um acidente ou um erro de percurso que vai contra o esclarecimento que guia a humanidade para a maioridade ou para a imagem do outro como ser humano – duas maneiras de dizer a mesma coisa, qual seja, que a partir da “consciência” (invenção ocidental, não custa reprisar) chegaremos a um mundo de paz, harmonia e respeito, realizando o programa liberal de liberdade, igualdade e fraternidade ou, em termos cristãos, fazer certo Reino de Deus vir à Terra – deixando justamente o *locus* e a essência (se é que assim poderíamos dizer) da soberania: não existe gestão, o campo da soberania é o campo da decisão, da luta e do embate.

Se estamos no campo da decisão e não no da gestão, por óbvio que seja, para os que estão dentro das linhas de compadrio, de amizade, de civilidade, temos a prosperidade; para os que estão fora, a violência da guerra justa – combate este, vimos linhas acima, justificado por seu próprio pelotão.

De volta à soberania. Com a palavra, nosso teólogo: “os saberes que regulam os critérios da (exceção) inclusão/exclusão, as lógicas políticas, os critérios que controlam ou gerenciam as linhas/marcações entre exclusão/inclusão, vida/morte, direito/não-direito, amigo/inimigo, são mítico-teológicos”^[xiii]. Chega ao ponto de afirmar: “Em nossa contemporaneidade, as imagens operam o sacrifício”^[xiv]. Ele compreende, portanto, que a “governamentalidade neoliberal depende da máquina

a terra é redonda

sacrificial da soberania – inclusive de suas legitimações mítico-teológicas – para se estabelecer como lógica ordenadora das sociedades”^[xvi]. Enquanto tenta entender essa estrutura biopolítica sacrificial, parte do princípio de que: “pensar o biopoder no ocidente é analisar o arcabouço cristão dos mecanismos de legitimação das violências soberanas que nos atravessam”.^[xvii]

A violência do Estado, feita em nome da pacificação das favelas do Rio de Janeiro, é interpretada por Dos Anjos como uma reminiscência da própria estrutura sacrificial do cristianismo. E mesmo que o autor carioca aponte que esse dispositivo mítico-teológico seja uma validação da destruição própria do neoliberalismo, o argumento final separa as mães de filhos mortos pelo Estado enquanto possível espaço de fuga, de contradiscursos, à biopolítica do sacrifício. A esperança de Dos Anjos, então, ao apostar na “potência subjetiva” da fé pentecostal de mães vítimas, deixa escapar que a consciência delas é também resultado do processo de reificação da sociedade das mercadorias. No afã de apontar alguma solução para o problema, coloca na resistência que fazem, o ponto de fuga.

Enquanto redobra a atenção às supostas potencialidades das teorias dos sacrifícios nas ciências da religião, o autor passa ao largo do colapso que constitui a própria experiência de um mundo que já não tem mais futuro ou emprego e que organiza aquilo que chama de sacrifício. O problema coloca-se enquanto uma organização mítico-teológica, que se combate com outra formulação mítico-teológica. Aí então faz sentido apostar nas mães-vítimas como fuga da dominação. Ao final, permanece a anti-dialética foucaultiana do poder-resistência, ela mesma sintoma do fim de linha no qual nos encontramos.

Quando era a época das vacas gordas, estava tudo bem, amalgamado. Agora que o jogo virou, cada um quer o seu naco de rapadura e a garantia de que irá sobreviver – sempre ela, a sobrevivência – ao fim do mundo. O que mais espanta é o fato de que esse grupo realmente ilustrado esteja perplexo e catatônico com o que acontece. É aí que fica claro o caráter fundante das teologias ilustradas: a consciência. Acreditaram que tudo era uma questão de consciência. É como se o fim da história apregoado pelo *establishment* americano quando da queda do Muro de Berlim tivesse sido levado a sério.

Outra questão interessante dessas teologias é o fato de que elas realmente acham que o problema do mundo é o consumo de produtos e não sua subsunção ao mercado, resultado de certo trabalho morto alienado mediado pelo dinheiro e feito para produzir valor de modo infinito – trabalho esse produtor da mercadoria e peça fundamental para o lucro e acumulação, antes escravo, hoje assalariado – e agora cada vez menos necessário para a própria acumulação, gerando cada vez mais gente desnecessária que pode ser eliminada.

Logo, em termos teológicos, há que se pensar se a questão fundamental é a idolatria ou o zelo – esse o imperativo categórico de nosso mundo, criado com a Reforma. É possível perceber que a mesma teologia que vive se opondo ao fantasma criado por ela, a teologia da prosperidade, tenta garantir que, no mundo da mercadoria, Deus não seja tratado como tal. A figura do ídolo aparece como correlato cristão de um produto qualquer que é feito para ser consumido. O problema é que, como já vimos, o mundo em que vivemos é o mundo do mercado.

E neste momento, o que essas teologias da consciência, de modo geral, têm a nos oferecer? Categorias. Ora, como seria possível ter outra coisa a dizer nesse momento, sendo que tudo é linguagem e símbolo? Tanto é assim, que Dos Anjos e Moura, em sua formulação a respeito da pandemia e de como o governo passado a negava, pontuam que sua *gestão* leva a uma “tensão epistemológica”^[xviii]. Grande sintoma de que essas formulações teológicas realmente são teologias da consciência, é perceber o que vem à tona no momento de perigo – seja com as violências diárias, as praticadas pela polícia ou na pandemia: o corpo!

O corpo que chora, que sente, passa fome, trabalha, fica cansado, precisa de abraço, recebe salário, estende a mão, fala, se movimenta de uma maneira e não de outra – sem qualquer tipo de dever ser. Os pentecostais, ao contrário, tanto não esqueceram do chão da vida concreta, que foram os que mais sentiram falta do culto presencial na pandemia e os que se ajudam em todas as questões materiais, não com um cheque ou conteúdos emancipatórios, mas com tudo o que podem e são – essa a cidadania insurgente que acompanhamos estarecidos porque saiu do nosso controle. Daí decorre o espanto

com a necessidade da prosperidade, a exigência de um propósito para viver e o horror com a violência de hoje. O céu e o inferno só deixaram de existir para os conscientes.

Fundamentalismo

Entre outros atores desse progressismo evangélico, uma movimentação ganha corpo institucional/digital, a já citada “comunidade-plataforma” Novas Narrativas Evangélicas. O cerne dessa organização é a afirmação da “pluralidade da espiritualidade evangélica” em contraponto com o “fundamentalismo”. Na sua agenda anti-fundamentalista eles definem fundamentalismo da seguinte maneira: “Por fundamentalismo, estamos nos referindo a discursos, teologias e afins que produzem violência e morte, por meio de interpretações literais, convenientes e enviesadas dos textos bíblicos e promovem a cristalização de dogmas, um cenário comum em muitas igrejas evangélicas”.^[xviii]

O fundamentalismo não é parte de um todo social na qual ele é um momento revelador da própria forma de como porcentagem significativa da população compreende a realidade; ele é em si o fundamento do problema que vivemos. A organização Novas Narrativas, como parte dos próprios progressistas, se define como “anti-fundamentalista”. O fundamentalismo seria exatamente o projeto da extrema direita, que tem origens anteriores, mas que ganha essa face na atual disputa política nacional. A proposta de enfrentamento é equivalente ao problema que se delimita. Em face a um problema “hermenêutico”, uma resposta “hermenêutica”. Em face a um problema teológico, uma teologia. Até aqui, nenhuma novidade.

No opúsculo *O amor como revolução* (2019), Henrique Vieira, figura pastoral e parlamentar, filiado ao PSol, delimita uma interpretação a respeito do fundamentalismo religioso que se revela como uma clara expressão do movimento progressista. Tal como a lógica progressista, engendrada apenas em contraste ao fenômeno bolsonarista, o Pastor elabora sua noção de fundamentalismo somente a contrapelo de sua própria concepção de espiritualidade, definida como “indomável”: é preciso “saber que não podemos ter pleno domínio sobre o Sagrado [...], não institucionalizar o sagrado, fechando em dogmas e verdades inabaláveis [...] espiritualidade é mais abertura do que fechamento; mais pergunta do que respostas”.^[xix]

A religiosidade fundamentalista, assim, seria uma tentativa de sistematizar a espiritualidade em uma “narrativa peculiar”, permeada por códigos de comportamento, explicações da realidade e do cosmo – ironicamente, é exatamente este entendimento, mesmo que negado performativamente, que nossos militantes-redimidos-em-Cristo tentam fazer a todo custo.

Henrique Vieira coloca o fundamentalismo como aquilo que “sufoca a beleza da espiritualidade”, abrindo caminho para o que denomina de práticas de ódio. Dentro desse escopo, se encontra uma recusa ao “diálogo com as diferenças” que desemboca numa aversão à diversidade da espiritualidade. Essas práticas, levadas a uma instância maior, se realizam no extremismo religioso, que seria o fundamentalismo “levado ao extremo” por ações de violência. Ou seja, um enrijecimento da leitura bíblica educa ao ódio, e pavimenta o caminho para as perseguições e atos de violência contra a vida: “A lente fundamentalista se apegue à letra fria enquanto esfria corações diante da vida concreta”.^[xx]

O enfoque de Henrique Vieira se restringe à esfera hermenêutica do fundamentalismo (até aqui, nenhuma novidade), contudo, sua proposição sugere uma transformação nesse fenômeno, como se a mudança na forma de abordar os textos bíblicos, adotando uma postura mais “diversa e fluida”, pudesse atuar como um antídoto para resgatar as igrejas das garras da extrema direita.

O que Henrique Vieira e o progressismo evangélico perdem de vista é que o fundamentalismo enquanto movimento (pautado por sua verdade religiosa) enxerga na catástrofe atual da crise do capitalismo sua esperança mística, a da renovação pela destruição total do nosso mundo. Esse decretório acerca do fim se escora, agora sim, em uma leitura dos textos bíblicos – vista pelos progressistas como arbitrária – não como causa, mas como efeito do seu projeto: um

a terra é redonda

conservadorismo de massas^[xxi], que no Brasil assume seu ápice no seu irmão (dos evangélicos progressistas) reacionário, nosso ex-presidente e tudo o que ele simboliza (!).

O fundamentalismo se organiza, então, pela tendência de construir uma identidade imóvel frente à modernidade em estado de decadência. Essa identidade reflete certa forma religiosa que melhor se adapta à desintegração social: “Sua leitura fundamentalista estaria, portanto, agindo como uma resposta subjetiva de indivíduos que experimentam o colapsar do mundo”.^[xxii]

Deixam passar em branco (!) que esses “fanáticos” (para os progressistas evangélicos, claro) se entendem com um senso de missão ainda mais fomentado pelas “perseguições e represálias” que sofrem em todos os cantos, sendo “encaradas dentro da mística dos Atos dos Apóstolos, em que a questão da perseguição aos seguidores de Cristo é colocada, tornando-se um combustível para o exercício da religiosidade e produzindo um *ethos* de sofrimento que resultava [e ainda resulta] em mais motivação e engajamento”.^[xxiii]

Ora, se a última moda é, dada a ausência de futuro no mundo em que vivemos, olhar para o passado para ter forças para viver, é sob essa mesma chave que deve ser lido o discurso de perseguição dos cristãos. É pela ancestralidade que se resgata que no princípio – lá realmente – os seguidores da mensagem de Jesus de Nazaré foram perseguidos, mortos, queimados, decapitados e jogados aos leões pelo impacto de sua mensagem que desafiava a todos os deuses do areópago e, por conseguinte, a César, que era o representante daquele panteão e ele próprio um deus.

Como vimos, os pentecostais, especificamente, com seu nascimento negro, pobre e feminino – portanto, descendente de escravos e atualmente trabalhadores nos postos mais precarizados – ainda vivem nesse fio da meada dos deserdados da terra. Se todos podem arrogar para si a ancestralidade para ter um lugar ao Sol que queima a cabeça de todos e ainda mais agora com o aquecimento global, por que não os cristãos, em geral, e os neopentecostais, em particular?

Mais uma vez, do alto de sua sabedoria que quer o controle das instituições pregando liberdade irrestrita e, nesses momentos, esquecendo-se de seu Foucault que já sabia da impossibilidade de juntar na mesma frase (sempre ela, a frase!) “liberdade” e “institucionalidade” para um mesmo fim, o que sugerem nossos crentes ilustrados, diante da inflexão fundamentalista: a defesa do Estado^[xxiv] – antes criticado por seu papel na marginalização das minorias –, agora alçado ao posto de defensor integral e garantidor dos direitos outrora restringidos. Sempre, é claro, contra a selvageria dos bárbaros que invadiram o Planalto durante quatro anos e, para finalizar o trabalho, já que “não sabem perder” – ou seja, não são bons competidores como o espírito do capitalismo exige –, pegaram a bola, destruíram toda a Esplanada e o baluarte do projeto arquitetônico moderno que nos alçava mais uma vez ao *mainstream* internacional.

A questão (para os teólogos ilustrados) não são as pessoas que clamam a Deus por um prato de comida ou para que seu filho não seja morto na cadeia – que é onde estão os evangélicos não-ilustrados –, mas o número de assentos da bancada evangélica e o nosso desespero e estardalhaço com seu aumento a cada eleição. E qual a nossa resposta a isso? “Nos falta educação!”. Um “letramento espiritual”. Não é por acaso que grupos como o Novas Narrativas Evangélicas estejam surgindo como plataformas que se dedicam a “equipar a igreja brasileira com ferramentas” anti-fundamentalistas.

Tentam fazer uma conexão entre a linguagem do terceiro setor e a quintessência da literatura joanina. Chega a soar, apesar da boa intenção, como certa desfaçatez de classe que amalgamou certos discursos emancipatórios para garantir seu mercado, que em termos políticos vive de tentar entrar a qualquer custo na institucionalidade brasileira e da necessidade de ocupar esse e todos os outros lugares sem se dar conta de que o problema é o modo mesmo como o lugar opera e faz girar a máquina do mundo. Vale lembrar que, no que diz respeito à “questão de classe” e do “mercado”, estamos apenas seguindo a constatação feita por Ed René Kivitz^[xxv] – que, ao fim e ao cabo, nunca paramos de referenciar – de que, numa sociedade de classes, é lá que qualquer formulação teológica tem sua origem. Quanto à desfaçatez, ela fica por nossa conta.

Em uma curiosa coincidência com um discurso do gestor, que demonstrava aversão à figura do político, emergido como uma tentativa de revitalização das figuras liberais nas eleições,^[xxvi] nossos colegas instruídos não se declaram meramente como uma nova bancada evangélica, mas preferem se posicionar como gestores. Eles não se consideram representantes do clero no cenário político, mas sim “*amicus curiae*”, fornecendo uma perspicaz contribuição para uma gestão evangélica aparentemente mais “democrática” – ou seja, ao contrário de seus irmãos mais fanáticos, eles não buscam derrubar, mas salvaguardar as instituições. Gestão por gestão, mais uma tentativa de ressuscitar nosso Ornitorrinco contra a barbárie que se avizinha.

Tropicália gospel

Poucos dias antes das eleições de segundo turno, no dia 17 de outubro de 2022, o cantor gospel Leonardo Gonçalves publicou em suas mídias digitais a música “Messias”. A música tem uma longa lista de participações, e começa com uma sequência de cortes de pregações evangélicas. A seleção de falas, que funcionam como prelúdio ao conteúdo da música, tem uma mensagem clara de denúncia, que acompanha a música. Parecem querer nos dizer que aqueles pastores já estavam denunciando a mesma coisa que eles: os entrecruzamentos entre a política da extrema direita nascente no Brasil, as lideranças evangélicas e parte considerável dos evangélicos do país.

O conteúdo dessa denúncia ganha uma forma mais explícita em uma fala de Leonardo Gonçalves em um podcast com Caetano Veloso.^[xxvii] O antigo tropicalista questiona o cantor adventista sobre sua interpretação do bolsonarismo dentro das igrejas e suas lideranças. Como resposta temos que o mal em questão seria resultado de um reducionismo de algo que é próprio da religião cristã, a luta do bem contra o mal. Kleber Lucas, que também estava no podcast, segue comentando a fala de Leonardo Gonçalves. Na interpretação de Kleber Lucas, muitos pastores “seguem a música” (não a deles, é claro), ou seja, vão aderir ao discurso político que estiver mais forte no momento, como fizeram quando Lula e Dilma estavam no seu auge.

A conversa, neste momento, entra em uma tomada de esperanças sobre a nova música que seria o terceiro governo Lula. Forma-se quase uma ode à capacidade da arte como um caminho de conciliação para dar conta do “*Grand Canyon*” (sic. com sotaque) que é a política hoje, e sobre como o projeto de apoio à cultura, por parte do agora presidente Lula, vai fundar o novo tempo no país.

Não sem razão, mas com uma ironia objetiva, em um vídeo em seu próprio instagram, Leonardo Gonçalves usava uma camisa de divulgação da música Messias que continha uma curiosa mensagem, abaixo do título: tropicália gospel. Se Schwarz está certo em sua crítica à tropicália, expondo sua pretensão de que, a partir da liberdade musical e de palco, se poderia ensejar historicamente uma liberdade e força política, não seria essa a lógica que mobiliza esse torrão do progressismo evangélico?

As expectativas de que uma nova forma de culto e teologia pudessem modelar os conflitos sociais que produziram uma interpretação particular de si mesmo. Mudam-se o culto e as músicas, transformam-se as mensagens dominicais e seus livros teológicos, e acreditam que nisso poderão construir um enfrentamento real. Uma vanguarda com pelo menos cinquenta anos de atraso.

Progressismos

Se a Teologia da Libertação modela o *locus revelatório* e o coloca na história do povo em luta como a ação reveladora de Deus,^[xxviii] os teólogos ilustrados querem remodelar a teologia a partir de algumas categorias estanques de identidade e retirar do cristianismo a sua noção de sacrifício. Do mesmo modo que aquela modulação da Teologia da Libertação

revelava algo de sua própria *práxis* eclesial, essas modulações do progressismo evangélico fazem o mesmo. E para tentar vencer o mar de desgraças, que para estes é só um mar de conceitos e pontos de vista e interpretação, basta outra consciência.

Voltando ao nosso termo de comparação, a diferença não é só de ordem qualitativa: a modulação que a Teologia da Libertação fazia na teologia de então tinha como referente a própria *práxis* cristã de libertação que existia na época. Para os teólogos ilustrados não é necessário dar conta de uma *práxis* anterior, as modulações teológicas acontecem via suas próprias intuições acadêmicas e teóricas, de modo que, não por acaso, eles não falam com as grandes maiorias dos evangélicos no Brasil. Espera-se que a própria produção de uma nova teologia vá gerar uma plataforma de fé, escolarizada e defensora dos Direitos Humanos. Enquanto isso, as comunidades de fé reais seguem imaginando à sua maneira o fim do mundo.

Para encurtar o percurso, usando as palavras do autor que mapeia o projeto dos cristãos esclarecidos: “contra a escravidão e degenerescência da humanidade”, o que sugerem nossos progressistas evangélicos? O cristianismo (!), “pois ele ‘é a superação da religião’”. Fazendo coro ao citado autor, mais uma vez: estamos diante de “um misto de senso comum com existencialismo requentado”^[xxix].

O progressismo evangélico, que ganha sua forma enquanto empreendimento social, forma particular do nosso tempo, é só mais um capítulo da velha proclamação moderna da igualdade e da liberdade, agora proclamada contra os novos bárbaros que surgem em face ao abismo do fim da própria modernidade; e como mostra um velho alemão, a igualdade é a da troca e a liberdade é a do comércio. Mobilizam uma esperança que só a classe média (ou o que um dia foi o projeto de uma classe média num país da periferia, o que deixa as coisas ainda mais sinistras) em sua cegueira constitutiva consegue acreditar; têm fé que a proclamação das velhas normas modernas de liberdade, igualdade e identidade, agora defendidas discursivamente enquanto crítica à modernidade/ colonialidade dentro da teologia, serão o caminho para a resolução dos problemas que nos circundam. Tendo tudo isso em vista, só nos resta repetir a pergunta que dá título a este pequeno escrito.

***André Castro** é mestrando em Ciências da Religião na UMESP.

***Jayder Roger** é graduando em psicologia.

***João Marcos Duarte** é doutorando em linguística na UFPB.

Notas

^[i] PACHECO, R. *Ocupar, resistir, subverter: Igreja e Teologia em tempos de violência, racismo e opressão*. Curitiba: Novos Diálogos, 2016. p. 62.

^[ii] A citação é de Ed René Kivitz, aquele que deixa melhor acabada a construção teológica de que derivam os progressismos evangélicos. Cada um a seu modo, seja colocando a nota de rodapé devida ao teólogo em questão ou não, tem seu quinhão de dívida para com as formulações de Kivitz. A citação é retomada por João Marcos Duarte em seu artigo “A prosperidade da abundância”, que agora começamos a acompanhar (Disponível em: <https://revistazelota.com/a-prosperidade-da-abundancia/>; último acesso em 28-07-2023). Para o último grande feito do progressismo evangélico, conferir de ANÉAS, A.; MERLO, L.; GAMA, R. (orgs.), *Evangélicos e política*. São Paulo: Editora Recriar, 2023.

^[iii] Estamos falando do documentário *Fé e Fúria* (2019), do diretor Marcos Pimentel. O autor encontra na obra, mais do que

um mosaico de falas que referenciaríamos as hipóteses aventadas pelos artistas, o comportamento de uma esquerda que não consegue se perceber como parte da situação na qual nos encontramos e fica escandalizada com o rumo que as coisas tomaram. Diferente da esquerda que foi derrotada com o golpe militar e tentou ver o que tinha acontecido, hoje, ela simplesmente se desresponsabiliza e culpa os “brucutus” pelo prejuízo. Pelo que estamos vendo, rezando o Pai Nosso ou não, o comportamento é o mesmo. Para a análise detida do documentário, com os argumentos mais nuançados, conferir DUARTE, J. M., “Sobre Fé e Fúria”. *A Terra é Redonda (online)*. 12 dez. 2022. (Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/fe-e-furia> ; último acesso: 28 jul. 2023).

[iv] A exemplo do já citado teólogo Ronilso Pacheco quando sugere que “O governo Lula tem se mostrado resistente à criação de uma pasta com foco na religião e seu papel político no fortalecimento da democracia [...] alguma espécie de secretaria nacional para tratar do assunto”. Cf. PACHECO, R. Igrejas conservadoras serão incubadoras da extrema direita. *The Intercept (online)*. 11 jan. 2023 (Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/01/11/igrejas-conservadoras-serao-incubadoras-da-extrema-direita-se-governo-nao-mudar-forma/>).

[v] Para uma análise detida da recepção da teologia negra no Brasil pelos progressistas evangélicos, conferir: CASTRO, A.; ROGER, J. O Jesus fora de lugar: recepção da teologia negra no Brasil. *Revista Zelota (online)*. Disponível em: <https://revistazelota.com/o-jesus-fora-de-lugar-recepcao-da-teologia-negra-no-brasil/>.

[vi] BARROS, D. R. *Lugar de preto, lugar de branco?: esboço de uma crítica à metafísica racial*. São Paulo: Hedra, 2018. p. 121.

[vii] BARROS, D. R., 2018, p. 125.

[viii] Idem., p. 107.

[ix] Idem., p. 116.

[x] Para melhor aprofundamento crítico da recepção da Teologia Negra no Brasil, conferir o já citado: CASTRO, A.; ROGER, J. O Jesus fora de lugar: recepção da teologia negra no Brasil. *Revista Zelota (online)*. Disponível em: <https://revistazelota.com/o-jesus-fora-de-lugar-recepcao-da-teologia-negra-no-brasil/>.

[xi] ANJOS, F. D. *Biopolíticas do sacrifício*. São Paulo: Editora Recriar, 2019.

[xii] ANJOS, F. D., 2019, p. 160.

[xiii] Idem., p. 221.

[xiv] Idem., p. 210.

[xv] Idem., p. 215.

[xvi] Idem. Ibidem.

[xvii] ANJOS, F. D.; MOURA, J. *O contágio infernal: o apocalipse bolsonarista-evangélico*. São Paulo: Editora Recriar (online),

2020. p. 21.

[xviii] EVANGÉLICAS, N. N. *Agenda evangélica anti-fundamentalista*. [S.l.]: [s.n.], 2022. (Disponível em: file:///Users/joaomarcosduarte/Downloads/Agenda_Evangelica_Antifundamentalista_NOVAS.pdf; último acesso: 20 jul. 2023)

[xix] VIEIRA, H. *O Amor como Revolução*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019. p. 60.

[xx] VIEIRA, H., 2019, p. 62.

[xxi] HINKELAMMERT, F. A história do céu: problemas do fundamentalismo cristão. In: ASSMANN, H.; HINKELAMMERT, F. *A idolatria do mercado*. Petrópolis: Vozes, 1989.

[xxii] CANETTIERI, T. Mudanças recentes na gestão da barbárie no Brasil: *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 223, p. 146-161, 21 jul. 2020.

[xxiii] VALLE, V. *Entre a religião e o Lulismo: estudo com pentecostais em São Paulo*. São Paulo: Editora Recriar, 2019. p. 26.

[xxiv] “Nós, do Novas Narrativas Evangélicas, acreditamos que é necessário: Defender o Estado Laico, combatendo as relações antiéticas entre religião e poder que corrompem a natureza de instituições [...] Defender o pleno funcionamento das instituições é, antes de tudo, garantir o diferente, a diferença, e o direito a ter direitos” (EVANGÉLICAS, 2022, p. 4).

[xxv] DUARTE, J. M. A prosperidade da abundância. Cit.

[xxvi] Alusão ao movimento de políticos como o ex-governador de São Paulo, João Dória Jr., que se considerava um “gestor” e que não era político, mas estava na política. Para mais detalhes: Dória diz que há tempo para Alckmin se recuperar e nega disputar a Presidência. *Folha de São Paulo (online)*. 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/ex-prefeito-doria-afirma-em-sabatina-que-ainda-nao-e-politico.shtml>.

[xxvii] NINJA, M. Caetano Veloso entrevista Kleber Lucas, Leonardo Gonçalves, AD Junior e Juliano Spyer. *Youtube*, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nzawj1QUAeE&ab_channel=M%C3%ADdiaNINJA.

[xxviii] SEGUNDO, J. L. *O Dogma que Liberta*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

[xxix] DUARTE, J. M. A prosperidade da abundância. Cit.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA